

BRANQUITUDE, BRANQUIDADE, PRIVILÉGIO BRANCO: Dissertações e Teses sobre o tema no Brasil

*WHITE, WHITENESS AND WHITE PRIVILEGE:
Dissertation and Theses about the theme in Brazil*

Artur Luhr Mello

Mestrando em Ensino e Relações Étnico-raciais
Universidade Federal do Sul da Bahia
E-mail: arthur.mello@csc.ufsb.edu.br

Alexandre de O. Fernandes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1556-4373>
Instituto Federal da Bahia-Campus Porto Seguro
alexandre.pro@gmail.com

Resumo

Elencando para análise 12 trabalhos científicos (4 teses e 8 dissertações), distribuídos entre anos de 2002 a 2018 na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o presente artigo se configura em revisão sistemática acerca da triangulação “branquitude”, “branquidade” e “privilégio branco”. A primeira parte do artigo apresenta notas iniciais acerca da metodologia empregada para coleta de dados e um panorama geral acerca do material em tela. Na sequência são apresentados os trabalhos mapeados, divididos em três áreas, a saber, Psicologia, Educação e Ciências Sociais. Finalmente, reflete acerca da necessidade de se romper com o privilégio branco.

Palavras-chave: Branquitude; Branquidade; Privilégio Branco.

Abstract

This article is configured in a systematic review about the triangulation of “white”, “whiteness” and “white privilege derived from the listings of 12 analytical scientific studies (4 theses and 8 dissertations), distributed between the years 2002 to 2018 in the Brazilian Library of Theses and Dissertations (BDTD). Initially the article presents the methodology notes used for data collection and an overview of the material in question. Sequentially mapping studies are presented divided into three areas, knowledge, Psychology, Education and Social Sciences. Finally it ponders the need to break with white privilege.

Keywords: White; Whiteness; White privilege.

Num país de negro como o nosso, falar do problema do negro é uma cretinice.
Alberto Guerreiro Ramos¹

¹ IRRADIANDO LUZ. Alberto Guerreiro Ramos, vida e obra do maior sociólogo do Brasil. Gabriel Dread Siqueira. 21 jun. 2008. Disponível em <https://irradiandoluz.com.br/2008/06/alberto-guerreiro->

1. Notas iniciais acerca da pesquisa

No Brasil, o período dos estudos sobre raça, inaugura o que é chamado por William Conceição (2017) de “estudos sobre a branquitude”². Esses estudos tem sido intensificados nos últimos anos, devido ao aumento do interesse em discutir o papel da identidade branca no contexto étnico-racial brasileiro. Prova disso se manifesta na grande quantidade de intelectuais que vêm envidando esforços em produções acadêmicas que buscam melhor compreender como o privilégio branco age em diversos âmbitos da sociedade brasileira, bem como questionam o papel que nós brancos ocupamos na luta antirracista e os privilégios a nós relacionados.

Para o presente estudo, resultado de desdobramentos de estudos no Mestrado em Ensino e Relações Étnico – raciais na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), intitulado “Branquitude e Educação: Uma proposta de desconstrução do privilégio branco na Universidade Federal do Sul da Bahia”, selecionamos teses e dissertações que interrelacionam “branquitude”, “branquidade” e “privilégio branco”. O banco de dados pesquisado foi a Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações (BDTD), espaço virtual no qual encontramos 12 trabalhos, sendo 4 teses e 8 dissertações.

Abaixo detalhamos informações específicas de cada trabalho:

Tabela 1: Relação de todos os trabalhos

Autoria	Título	Instituição e ano de publicação	Tipo de Publicação
OLIVEIRA, Carolina do Santos de.	As adolescentes negras no discurso da revista “Atrevida”.	Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2009	Dissertação (mestrado)

[ramos.html?fbclid=IwAR1f5kYQ3uZqZPdPnsRdWcyIWyp-wCF_ZlePw7U6GUXqFiM33x3jjXBjJpA](#). Acesso em 20 jun 2021.

² Branquitude remonta ao inglês, “*whiteness*”, termo que deriva dos Estados Unidos., país que nos anos 1990 desenvolveu os *critical whiteness studies*, tornando-se o principal centro de pesquisas sobre branquitude.

ALVES, Luciana.	Significados de ser branco – a brancura no corpo e para além dele.	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2010.	Dissertação (mestrado)
SANTOS, Mafoane Odara Poli.	Médicos e pacientes têm sexo e cor? A perspectiva de médicos sobre a relação médico-paciente na prática ambulatorial.	Faculdade de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.	Dissertação (mestrado)
SANTIAGO, Flavio.	“O meu cabelo é assim ... igualzinho o da bruxa, todo armado”: Hierarquização e racialização das crianças pequenininhas negras na educação infantil.	Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2014.	Dissertação (mestrado)
BASTOS, Janaína Ribeiro Bueno.	“Da história, das subjetividades, dos negros com quem ando”: um estudo sobre professores brancos envolvidos com a educação das relações étnico-raciais.	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2015.	Dissertação (mestrado)
SOUTA, Marivete.	“Quando me dei conta de que era negra(o)/branca(o)”: um estudo a partir de relatos autobiográficos de estudantes adolescentes.	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), PR, 2017.	Dissertação (mestrado)
BERTUZZI, Damaris.	O desafio das relações étnico-raciais em região de colonização italiana: Estudo no município de Carlos Barbosa – RS.	Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, 2018.	Dissertação (mestrado)
COURANT, Ansel Joseph.	Conscientização branca em espaços de capoeira: percepções de privilégio entre brancos que convivem com negros.	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2018.	Dissertação (mestrado)
BENTO, Maria Aparecida Silva	Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público.	Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2002.	Tese (doutorado)
PINHEIRO, Adevanir Aparecida.	Identidade étnico-racial e universidade: A dinâmica da visibilidade da temática afrodescendente e as implicações eurodescendentes, em três instituições de ensino superior no sul do País.	Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, 2011.	Tese (doutorado)
SCHUCMAN, Lia Vainer.	Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.	Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.	Tese (doutorado)
DUTRA, Maria Rita Py	Cotistas negros da UFSM e o mundo do trabalho.	Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), RS, 2018.	Tese (doutorado)

Fonte: Produzida pela autoria com base nos dados dos trabalhos destacados (2020)

Distribuídos entre os períodos de 2002 a 2018, esses estudos, relacionados à “branquitude”, “branquidade” e “privilégio branco”, vem recebendo maior atenção da academia brasileira, em especial nos últimos 10 anos, sendo o Estado de São Paulo, o principal lócus de produção, haja vista que a Universidade de São Paulo (USP), detém cinco trabalhos do total em tela.

Em sua maioria, os autores se utilizaram de entrevistas semiestruturadas e observação de campo, o que em determinados trabalhos recebeu a alcunha de pesquisa “etnográfica”. Apenas um deles – a dissertação de Carolina dos Santos de Oliveira (2009) –, trabalhou exclusivamente com análise documental.

O campo da Educação aparece como principal área a se interessar pela temática da branquitude, seguida pela Psicologia e pelas Ciências Sociais. Um fato curioso observado é a inexistência, em nossa pesquisa, de trabalhos fora da grande área das humanidades. Nesse sentido, é urgente desenvolver trabalhos sobre branquitude em outras áreas do saber, tanto nas ciências ditas “duras”, quanto em áreas teoricamente mais abertas, como as artes, bem como evidenciar o que está por detrás da resistência em se tratar do tema.

De modo geral, ausenta-se nos estudos aqui destacados um questionamento mais profundo referente à relação direta que os/as autores/as têm com à (própria) branquitude. À exceção de trabalhos como o de Lia Vainer Schucman (2012), Ansel Courant (2018) e Marivete Souta (2017), os outros materiais buscam identificar traços da branquitude em diversos espaços e realidades, mas pouco desenvolvem sua relação com o privilégio que lhes cerca – evidentemente quando esses/as autores/as são brancos.

De toda sorte, muitas vezes, a impressão que nos toma é que estariam isentos de agência racista ou passariam ao largo do privilégio branco que efetivamente lhes cerca. Não à toa, algo praticamente inexistente nas escritas é a agência dos/as sujeitos/as na pesquisa. Optou-se na maioria das vezes por uma escrita “neutra”, “genérica”, “acadêmica”, desviando-se de um convite à autobiografia (BENTO, 2002b, p.18), deixando de oferecer aos outros

brancos modelos para mudança e de oferecer ao sujeito negro a possibilidade de ter aliados brancos.

Recordemos que a branquitude, esse lugar de privilégios simbólicos, subjetivos e objetivos, colabora para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial, injustiça e racismo (CARDOSO, 2010, p. 611). Daí Carolina dos Santos Oliveira (2009) destacar o sujeito negro como excluído dos modelos midiáticos que idealizam o que seja belo, inteligente e bem-sucedido, levando-o a questionar e até negar a própria identidade racial; Flávio Santiago (2014) descrever que, durante a infância, o ideal branco é fomentado na escola pelos próprios profissionais da educação, os quais muitas vezes mimam, paparicam, e tratam os alunos brancos como “anjinhos”, legando às crianças negras a subalternização, a criminalidade e a pecha de maliciosas; Maria Rita Py Dutra (2018) salientar outro fator que confere enorme vantagem à branquitude, a saber, o acesso facilitado aos espaços de poder, como por exemplo, ao ensino superior. Ora, o capital cultural que o sujeito branco desenvolve desde a infância favorece não só o ingresso, mas a sua manutenção e sobrevivência em espaços de disputa de poder; Ansel Courant (2018) relatar a vantagem do sujeito branco em poder transitar em qualquer espaço social sem grandes dificuldades, mesmo em um território teoricamente negrocêntricos como a capoeira. Enquanto o negro tem uma liberdade e agência restrita devido ao racismo estrutural, o branco pode transitar livremente para onde quiser, na hora e do jeito que bem entender.

Abaixo serão apresentados os trabalhos coletados para revisão, divididos por áreas de conhecimento, seguindo a ordem seguinte: Psicologia, Educação e Ciências Sociais.

2. Psicologia: Da vergonha do pacto narciso a processos de afeto e alteridade

A tese de Maria Aparecida da Silva Bento (2002) é o material mais antigo encontrado na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTB), utilizando os filtros citados. Seu texto analisa a branquitude dentro do ambiente empresarial e no setor público. São avaliados os comportamentos de gestores do setor pessoal – onde se inserem chefes e profissionais de

recursos humanos, de duas prefeituras do sudeste brasileiro –, cujo objetivo é de “compreender como se dá a reprodução das desigualdades raciais nas relações de trabalho no interior das organizações” (BENTO, 2002, p. 7), buscando desconstruir o mito da democracia racial de Gilberto Freyre.

Bento destaca a necessidade de o branco assumir responsabilidade na luta antirracista, bem como ter consciência de seus privilégios. Porém, muitas vezes não se vê como alguém responsável ou privilegiado. Repare-se que nenhum dos entrevistados por Cida Bento, relacionou as desigualdades sociais com a discriminação racial. Ao deslocar o problema da desigualdade para uma questão de classe e para um legado escravocrata, o sujeito branco se omite, atribuindo a responsabilidade dos problemas da população negra a fatores externos.

Destaque nesse estudo para o conceito de “pacto narcísico”. Exercido pela população branca, surge do medo branco em perder seus privilégios constituídos historicamente, e atua no sentido de autopreservação, de forma a manter de qualquer maneira os privilégios da população branca na sociedade, através de um posicionamento de suposta neutralidade.

Segundo trabalho encontrado referente à área de psicologia, a dissertação de Mafoane Santos (2012) busca descrever como profissionais de saúde se relacionam com conceitos de gênero e raça em suas respectivas áreas de atuação; analisa o grau de relevância que esses profissionais atribuem a demarcadores e variantes sociais como pobreza, cor, raça, gênero, nacionalidade e religião; define duas perguntas norteadoras para sua pesquisa: “O que justifica a presença significativa da população negra nos piores índices de acesso à saúde?” e “Os conceitos de raça e de sexo dos médicos e dos pacientes, aprendidos durante a formação médica, são fatores que interferem na qualidade do atendimento?” (SANTOS, 2012, p.51).

Referente à abordagem histórica da medicina no Brasil, destaca que desde as Cartas de Anchieta, no século XVII, tem-se notícias de atividades na área da saúde. Afirma que a história da medicina tradicional foi suprimida pela narrativa desenvolvimentista que culmina em meados do século XVIII nas “teorias racialistas”, as quais consideravam o homem negro genética e intelectualmente inferior aos brancos. Isso se reflete no currículo racista dos cursos de medicina, e no século XX, nas teorias eugenistas.

Apenas com a redemocratização e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) no final do século XX, iniciam-se ações do movimento negro referentes à luta por direitos igualitários com relação à saúde pública.

Mafoane Santos entrevistou 25 profissionais de saúde, 13 médicos e 12 médicas, sendo o perfil racial majoritariamente branco (13 profissionais). Por mais que os entrevistados reconheçam que existe influência positiva ou negativa de determinantes sociais como raça e gênero na interação entre médico e paciente, assumem que ações práticas para a minimização desses impasses são discretas. Esses profissionais em geral reconhecem que existe racismo, contudo, não se enxergam como sujeitos privilegiados, e muitas vezes culpabilizam os próprios negros pelo insucesso na carreira médica, pois supostamente não se esforçaram ou estudaram o suficiente. A questão do privilégio é um tabu na medicina, um assunto polêmico que não deve ser discutido, pois segundo um dos entrevistados, falar sobre esses temas pode gerar raiva e ainda mais preconceito.

Destaca Santos que a maioria dos profissionais que possuíam algum tipo de noção sofisticada sobre gênero e raça eram aqueles com algum tipo de pós-graduação, ou com formação mais geral ou menos técnica; assim, destaca a importância da implementação de programas de extensão desde os primeiros anos de faculdade, bem como a importância da iniciação científica, visando o exercício da cidadania, o combate ao racismo, machismo e sexismo.

Na tese de Lia Vainer Schucman (2012), é abordada com maior ênfase a questão epistemológica da branquitude, os desdobramentos históricos que envolvem o conceito de raça e que influenciam diretamente na visão do que é ser branco no Brasil.

Produzido na cidade de São Paulo, o estudo utilizou-se de entrevistas informais com indivíduos brancos. A característica geral dos entrevistados revela aspectos geográficos e históricos da cidade de São Paulo, que reforçam o passado racista não só da cidade, mas do Brasil. Em geral, indivíduos moradores do centro da cidade e suas proximidades, em que apenas 10% a 20% da população é negra, e que a renda salarial média familiar vai de 5 a 10 salários mínimos, segundo o censo do IBGE (2000).

Schucman (2021, p. 75) demonstra como a branquitude é invisível dentro da sociedade; mostra como os brancos – ainda que se assumam como privilegiados –, não se enxergam como produtores do racismo, e sim como beneficiados por questões históricas que geram atitudes racistas de “outras pessoas”. Essa contradição é vista pela autora como estratégia de manutenção de privilégios, consciente ou inconsciente, assim como descrito no “pacto narcísico” (BENTO, 2002).

Buscando encontrar possibilidades para a desconstrução do racismo e da branquitude como padrão hegemônico, o estudo de Schucman destaca que entre os entrevistados brancos que não apresentaram falas racistas, houve como padrão em suas vidas, o fato de terem relações de afetos não hierarquizadas com outros indivíduos não brancos. Esse fato fez com que esses entrevistados tivessem maior possibilidade de praticar o exercício da alteridade, pois não enxergavam os negros como um grupo inferior, e sim como iguais enquanto seres humanos produtores de saberes, cultura, estética.

Lia Vainer Schucman (2012) descreve em sua tese a existência de uma “hierarquia interna na branquitude”. Determinados sujeitos são considerados mais ou menos brancos de acordo com características que vão para além da cor de pele. O sujeito “encardido” seria ilustrado pela população parda, que por mais que se esforce e ascenda socialmente, sempre terá a marca da negritude estampada em sua pele. Já o “branco” é aquele que mesmo tendo a pele clara, possui características que o afastam da branquitude, ilustrada pela pobreza no aspecto econômico. O branquíssimo, pelo contrário, é aquele que, além de se encaixar no padrão estético branco, se molda nos outros padrões idealizados da branquitude, como uma carreira bem sucedida, e posse abundante de bens materiais.

O indivíduo “branquíssimo” é aquele que faz a leitura econômica de todas as coisas da vida, inclusive as relações emocionais, ou aquele que vive o privilégio de ser rico e não precisar pensar em dinheiro. Já o “branco”, é aquele que quer se tornar “branquíssimo”, e que na verdade não é completamente branco, porque lhe falta o aspecto econômico privilegiado. Sendo assim, o branco pobre é visto como um “branco inadequado” (SCHUCMAN, 2012, p. 97).

3. **Educação:** Formação da subjetividade e embranquecimento

Carolina dos Santos de Oliveira (2009) analisa, dentro do espaço temporal de 2001 a 2005, textos de “Atrevida”, publicação voltada para meninas adolescentes, com vistas a defender que o comportamento editorial da revista reforça ideais estéticos da branquitude, em detrimento de outros perfis étnico-raciais, os quais aparecem de maneira estereotipada e isolada nas matérias. Destaca a falta de representatividade negra dentro de espaços como a mídia, uma constante na história do Brasil; busca mostrar como esse apagamento acontece na prática, de maneira sutil e perigosa, passando muitas vezes despercebido pela maioria das pessoas.

Utilizando-se da “Análise Crítica de Discurso” (ACD), leva o leitor a perceber como a colonização opera na mídia e nos espaços de poder. Disfarçada de produção narrativa supostamente imparcial, realiza-se por meio de um contexto, organização textual e imagética que reforça e lega destaque para determinados sujeitos, costumes e comportamentos de classe, a saber, os da classe média, com aporte geográfico urbano – Sudeste do Brasil – e racial, evidentemente, branco.

A dissertação de Luciana Alves analisa como a identidade branca é lida por professores da Educação Básica. Daí se perguntar: que significa “ser branco?” (ALVES, 2010, p. 13). A partir da análise do material coletado, destaca que a identidade branca pode ser identificada por duas dimensões: corpórea, referente a características físicas; e simbólica, aspectos não materiais. Para a pesquisadora, a brancura não tem um caráter ontológico, e pode ser definida de diversas maneiras de acordo com o contexto.

Define a pele branca como um “predicado contingente e particular”, que permite que se pressuponham habilidades e condutas de pessoas brancas; assinala que existe na sociedade brasileira algo como uma “Idealização Branca”, em que os indivíduos buscam se adequar dentro de padrões físicos e simbólicos da brancura. Destaca que “a brancura não é homogênea, ou seja, constrói em um duplo processo de diferenciação - um interno,

condicionado por subdivisões da categoria branco - e outro externo - caracterizado pelas diferenças estabelecidas entre brancos e membros de outros grupos raciais” (ALVES, 2010, p.39). Daí, é necessário analisar tanto a brancura no contexto social interno dos brancos, quanto a brancura em relação à sociedade como um todo. Com relação aos processos de diferenciação interna, a autora identifica que existe uma hierarquização da brancura, relacionada a marcadores como classe social e gênero, reforçando a tese de Schucman (2012) sobre a hierarquização da branquitude.

O próximo trabalho referente à área da educação é de Flávio Santiago (2014), cujo objetivo foi apresentar os processos de resistência desenvolvidos por crianças em relação ao padrão simbólico branco-europeu. Para alcançar seu objetivo, utilizou como base teórica os estudos pioneiros sobre cultura infantil realizados por Florestan Fernandes e teve como espaço de realização de pesquisa, um centro de educação infantil municipal.

A arquitetura do centro de educação pesquisado por Santiago, destacava uma lógica binária: de um lado, a creche – onde as crianças seriam cuidadas e participariam de atividades recreativas –, do outro, a escola, lócus para a educação formal, sem ludicidade e recreação. Santiago percebeu a presença de muitos estudantes negros/as e/ou com descendência africana nas turmas. A maioria dos profissionais monitores da creche via de outro modo, dando a entender que a maioria eram brancos ou “morenos”. Incomodado com esse posicionamento, realizou uma pesquisa com as fichas de matrícula dos alunos da creche. Os dados evidenciaram que 44,5% das crianças são consideradas negras por suas respectivas famílias, o que legou ao pesquisador uma das perguntas de seu trabalho: A creche está embranquecendo as crianças antes destas terem a possibilidade de refletir sobre seu pertencimento étnico-racial?

Com relação às observações durante seu estudo, alguns comportamentos de profissionais da instituição, foram citados como possíveis formas de segregação racial. O primeiro elemento comportamental identificado foi a prática de “paparicação” (SANTIAGO, 2014, p.52), haja vista que crianças brancas eram comparadas a anjinhos, recebendo mais carinho e atenção do que as crianças negras, conquanto estudantes negros eram acusados

injustamente de provocar, bagunçar, xingar, através de pura dedução dos monitores. Além, Santiago relatou uma cena absurda: um discente negro todo dia fazia cocô nas calças na escola, sendo que nenhuma das monitoras se prontificasse a ajudá-lo. Um demorado processo de negociação, que às vezes demorava horas, para decidir quem iria limpar o aluno “problemático” era acionado (SANTIAGO, 2014, p. 51).

Um dos conceitos importantes do trabalho de Santiago é o da “Colonização Adultocêntrica”, uma forma de colonização balizada por “princípios “hierarquizados” que fetichizam as linguagens das crianças. O pesquisador define que a creche teve como principal característica a desvalorização do pertencimento étnico-racial afro-brasileiro e a hiper valorização de uma estética eurocêntrica e branca.

A dissertação de Janaina Bastos (2015) busca analisar o motivo pelo qual os professores brancos têm se interessado pelos estudos em educação e relações étnico-raciais, além de detectar como esses profissionais abordam essa temática em suas respectivas salas de aula. Questiona se a educação liberal é suficiente para que o indivíduo se engaje na luta antirracista.

Durante as entrevistas semiestruturadas, as respostas coletadas apontaram para vários traços da branquitude. O primeiro exemplo é o questionamento referente à pergunta: “O que é ser branco” (BASTOS, 2015, p.75). Os entrevistados em sua maioria tiveram dificuldades em responder, pois segundo a autora, o branco historicamente não tem a necessidade de pensar sobre sua identidade racial, encontrando-se em uma “zona de conforto” do privilégio racial. Essa apatia provoca uma situação de conveniência para que os brancos não participem da luta antirracista, pois supostamente isso não seria problema deles, e sim dos negros. Com relação ao ambiente escolar, os entrevistados revelam em suas falas a dificuldade de cumprimento da Lei 10.639/2003, isso porque, não haveria incentivo interno da gestão e da comunidade escolar em se trabalhar com a temática étnico-racial, ainda tida como um tabu pela maioria dos profissionais de educação.

A dissertação de Marivete Souta (2017), situada especificamente na área da linguagem, dentro da grande área da educação, teve como objetivo principal investigar como

as(os) alunas(os) negras(os) e brancas(os) de um colégio expressam suas identidades étnico-raciais por meio da produção de relatos autobiográficos. Uma preocupação bastante presente no início de sua pesquisa é a análise do conceito de “raça” como construção política e social. Antes de trabalhar com os relatos autobiográfico, utiliza-se de questionários estruturados, para a coleta de algumas informações iniciais sobre os entrevistados, como nome, idade, cor, raça, entre outros.

Dentre as perguntas do questionário, uma delas perguntava se os alunos já haviam refletido alguma vez sobre sua cor de pele. A pesquisa revelou que 84% dos jovens brancos entrevistados nunca haviam refletido sobre sua cor de pele, ao passo que “todas (os) as (os) negras (os) já tinham pensado na cor de sua pele em algum momento da sua vida antes da intervenção, e o motivo relatado por todos foi a percepção do racismo, mesmo quando não sofrido por elas/eles, foi percebido” (SOUTA, 2017, p.156).

Último trabalho encontrado referente à área da educação, a tese de Maria Rita Py Dutra (2018) retrata a questão da branquitude, privilégio branco e racismo no mundo do trabalho, após o indivíduo passar pela instituição de ensino superior, buscando compreender “em que medida ter ingressado como cotista negro no Programa de Ações Afirmativas de Inclusão Racial e Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no período de 2008 a 2015, interferiu na inserção no mundo do trabalho desses estudantes, após sua formatura?” (DUTRA, 2018, p.26).

A coleta se deu através de entrevistas semiestruturadas com 11 ex-alunos formados da UFSM. O primeiro dado que chama a atenção é o fato que, “entre as mães dos colaboradores apenas 1 cursou Ensino Superior incompleto e 2, o Ensino Superior Completo, enquanto que entre os pais, somente 1 cursou o superior completo” (DUTRA, 2018, p.145). Essa informação evoca naturalmente um conceito central da pesquisa, que é o de “capital cultural” de Pierre Bourdieu, o qual se manifesta como uma série de hábitos culturais internalizados desde a infância, que são de extrema importância para o acesso do indivíduo a espaços de poder como a universidade. Dessa maneira, destaca a pesquisa, como a falta desses

conhecimentos pode provocar uma série de desvantagens que continuam presentes no ensino superior.

Assim, a pesquisa de Dutra destaca uma série de dificuldades enfrentadas pelos discentes cotistas, como a questão da leitura e escrita, e o problema da comunicação oral em apresentações de seminários. Em relação às atividades acadêmicas específicas, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentou-se como principal desafio na visão dos entrevistados. Além do que, o fato de a universidade ser um espaço majoritariamente branco, é na leitura de alguns entrevistados negros fato que oprime e causa desconforto, pois se sentem deslocados.

4. **Filosofia e Ciências Sociais:** imaginários, racismo e privilégio branco

A tese de Adevanir Aparecida Pinheiro (2012) analisa a visibilidade da implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais em três universidades de caráter comunitário do sul do Brasil. Seu trabalho trata da temática afrodescendente, mas se configura como um estudo sobre a branquitude. Problematiza a necessidade de se compreender que o problema do racismo no Brasil não é um problema do negro, ou criado pelo negro, e sim “um problema criado para isentar e proteger o branco de suas penalidades psicológicas e raciais (PINHEIRO, 2012, p.32). Com relação às instituições sociais, reforça a necessidade de se analisar a fundo o papel das universidades na luta contra o racismo e o idealismo branco, no sentido de identificar “os sinais concretos e visibilizados que mostram que as universidades estão, efetivamente, empenhadas em contribuir para ajudar a reverter (“distorcer”) a “ordem social” historicamente pervertida” (PINHEIRO, 2012, p.54). Na pesquisa de campo, a autora se utiliza de entrevistas semiestruturadas e análise documental das instituições, buscando discursos que corroboram com a proposta de sua pesquisa.

No que diz respeito às instituições estudadas, inicia sua abordagem com a Universidade Estadual de Maringá (PR), e seu Campus no Vale do Ivaí. Foram destacados como pontos positivos a existência de um Núcleo de estudos Afro-Brasileiro - (NEAB), e também o Núcleo de Estudos Indígena (Tulha indígenas). Referente a análise documental,

destaca-se no Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Ciências Sociais, a presença de autores como Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Clóvis Moura, ainda que “não se encontram de fato os documentos focados na implementação e obrigatoriedade da lei 10639/2003” (PINHEIRO, 2012, p.253). Na segunda instituição, a Universidade do Vale do Itajaí (Univali-C), é citado que as atividades relacionadas a valorização das questões étnico-raciais estão extremamente ligadas ao movimento negro da região, e à Igreja Católica. Porém, a instituição deixa a desejar no que diz respeito à aplicação da Lei 10639/2003, em especial em seu Projeto Político Institucional (PPI). A terceira e última instituição abordada foi a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS-RS), na qual os documentos institucionais citam a necessidade da inclusão da educação e relações étnico-raciais, mas, na prática, muitos problemas foram detectados: entrevistados confusos e com falas contraditórias e indiferentes à questão étnico-racial, movimento negro enfraquecido na região, além da falta de conhecimento da história da região, em especial a história de trabalho da população negra na Feitoria do Linho Cânhamo. Para Pinheiro (2012, p. 15), a constatação geral é a seguinte: “existe um bom início de esforço pela inclusão e emancipação, mas há muito a fazer, pois prevalecem resistências e silêncios que às vezes se expressam em relações carregadas de sutileza e frieza”.

A dissertação de Damaris Bertuzzi (2018) se concentra em analisar as relações étnico-raciais dentro da cidade de Carlos Barbosa, interior do estado do Rio Grande do Sul, cuja população é majoritariamente branca, descendente de italianos. Objetiva com seu estudo “identificar as representações e práticas de descendentes de imigrantes italianos em Carlos Barbosa com relação à convivência e à inserção dos negros na comunidade” e analisar representações de afrodescendentes residentes naquela cidade acerca de como é viver “no mundo dos brancos” (BERTUZZI, 2018, p.14).

O que atrai a atenção para a cidade estudada, segundo a autora, é a inexistência de negros na história local e a reduzida participação destes no cotidiano. O “imaginário local” em que os descendentes e nascidos no município de Carlos Barbosa, chamados pelos moradores de “gente daqui” são supervalorizados, sendo esses moradores “pioneiros” considerados os

“donos” do patrimônio material e simbólico da cidade, promove a “persistência de processos de tensão identitária e processos de alienação e exclusão” (BERTUZZI, 2018, p.69).

Referente a pesquisa de campo, foram entrevistadas(os) 7 moradoras(es) da cidade, sendo 5 negras(os) e 2 brancas(os). Poucos indivíduos permitiram a gravação ou anotação das conversas realizadas, o que impossibilitou a utilização de muitos relatos. Um comportamento dúbio desses entrevistados foi apontado pela pesquisadora, pois ao mesmo tempo em que concordaram em conversar sobre o tema, buscavam de alguma forma o cerceamento da pesquisa (BERTUZZI, 2018, p.83). As entrevistas com pessoas negras revelaram situações diversas no que diz respeito à sua convivência com brancos e a branquitude. Regina contou que sofreu “preconceito estético” em lojas de roupa, por teoricamente aparentar ser “pobre” para as vendedoras, que não lhe davam atenção (BERTUZZI, 2018, p.74); Maria Antônia destacou que possivelmente sofreu racismo em uma seleção de emprego, em que uma candidata branca menos qualificada foi selecionada (BERTUZZI, 2018, p.76); Manuel revelou ter quase sido expulso da escola, pois reagiu abaixando as calças para uma colega que lhe ofereceu “meleca de nariz”, dizendo “toma aqui negro, para você comer” (BERTUZZI, 2018, p.78).

O trabalho de Bertuzzi é material teórico importante para compreender a história do Brasil e os diversos processos de imigração, tanto de negros africanos como de brancos europeus, tendo em vista que mais da metade de seu texto se concentra nessa descrição. Porém, no que diz respeito a pesquisa de campo, talvez haja um problema de sistematização dos relatos, que se configura na falta resultados concretos que poderiam tentar responder às perguntas da pesquisa.

A dissertação de Ansel Courant (2018) investiga as maneiras com que os brancos no Brasil se relacionam com o racismo e o privilégio, cujo foco são “as pessoas brancas que participam da ‘cultura negra’ brasileira, especificamente a capoeira” (COURANT, 2018, p. 11). Sua pergunta se expressa assim: de que formas os brancos na capoeira se veem num mundo racializado, e como estes enxergam os privilégios, e como se posicionam em relação à sua branquitude dentro e fora da capoeira? (COURANT, 2018, p.101). O conceito

fundamental no trabalho de Courant é a própria “branquitude”, definida como “uma identidade, uma posição estrutural e uma estrutura de poder que produz e dirige o racismo enquanto sistema social num determinado contexto histórico” (COURANT, 2018, p. 27), e se configura no Brasil como “privilégio material e simbólico”.

Trata-se do estudo de um pesquisador branco, que construiu seu “projeto de pesquisa a partir do desejo de saber melhor como me posicionar, como indivíduo no dia a dia, em relação às estruturas de dominação racista de que faço parte” (COURANT, 2018, p.31). Daí, questionar-se em torno de seus privilégios como branco, estrangeiro e estudante bolsista de um Programa de Pós-graduação, pois percebe que enquanto recebe recursos financeiros para possibilitar sua permanência, várias amigas e amigos brasileira/os, também estudantes da universidade, ganham pouco ou nenhum recurso para possibilitar os seus estudos.

A questão principal da discussão sobre branquitude não deve ser no sentido de tentar identificar se a branquitude pode ou não ser vista pelos indivíduos brancos. A questão é “como atores sociais olham, veem, enxergam (ou não) as dinâmicas e privilégios da branquitude a partir de sua posição social e perspectiva” (COURANT, 2018, p.66). Nesse sentido, sugere o uso dos termos “cegueira estratégica”, e “silenciamento estratégico” não como algo operado individualmente, mas pelas estruturas e instituições.

5. Estratégias para rasurar privilégios

A sistematização dos trabalhos aqui elencados, atravessados pela triangulação “branquitude”, “branquidade” e “privilégio branco” aponta para a necessidade de estratégias que rompam com o privilégio branco que ainda teima em nos tomar de assalto em sua forma de “pacto narcísico” (BENTO, 2002a). O argumento de defesa da meritocracia é um dos mais utilizados como retórica que contesta o privilégio branco. Ora, segundo Santos (2012), a temática racial é vista como um tabu por grande parte de seus entrevistados, que consideram como culpa do negro o fato de não haverem muitos deles formados em medicina no Brasil.

Dutra (2018) nos lembra da resistência de alunos não cotistas da UFSM com relação lei de cotas sancionada pelo Senado Federal em 2012, a ponto de ser fundado à época na universidade um grupo denominado de “Exército Contra as Cotas”, que tinha como pauta principal a defesa da meritocracia. Estratégia bastante utilizada pela branquitude destacada nos trabalhos é o argumento da mestiçagem, afirmando que supostamente não existem negros no Brasil, devido à colonização e à mistura racial entre africanos, indígenas e europeus. O trabalho de Santiago (2014) mostra na prática essa situação, em que os auxiliares de classe entrevistados afirmam que não existem alunos negros “puros” na escola, enquanto em contrapartida as famílias dos alunos identificam quase metade (44,5%) das crianças matriculadas como negras.

A questão da escravidão é outro argumento bastante presente, em especial nos estudos de Schucman (2012), para justificar que o racismo só existe devido à escravidão, que teria impedido que a população negra de se desenvolver e se inserir no mercado de trabalho por séculos. Por mais que a questão econômica seja importante de ser debatida, esse argumento se mostra raso, pois exclui da equação o racismo em sua perspectiva estrutural, o que vai muito além do aspecto material, haja vista atuar de forma simbólica e silenciosa nos hábitos, na cultura e nas instituições.

A defesa do estado, das tradições e dos símbolos nacionais são também argumentos bem comuns para justificar práticas racistas. O trabalho de Bertuzzi (2018) se apresenta como um bom exemplo para ilustrar essa estratégia. Se utilizando de uma retórica essencialista de defesa dos valores tradicionais do “verdadeiro” cidadão do município de Carlos Barbosa, a branquitude tenta justificar a inexistência de personagens negros na história local. Considera-se que só deve ser exaltada a história dos moradores “pioneiros”, descendentes de imigrantes europeus que supostamente construíram a cidade sozinhos.

Para Bastos (2015), um caminho possível para a superação do racismo através da educação das questões étnico-raciais seja a quebra da lógica branco-europeia consolidada na narrativa oficial, que invisibiliza o papel dos negros na história e na cultura do país. Seria necessária uma predisposição para a tolerância, que advém do contato dos indivíduos a uma educação

liberal. Santiago (2014), no sentido de propor práticas que mudem a realidade racista da educação brasileira, sugere a construção de pedagogias da infância que rompam com a lógica do adultocentrismo e provoquem “escutas e olhares invertidos” e “pedagogias descolonizadoras”, com vistas à compreensão da linguagem infantil e à problematização das concepções pedagógicas referentes às questões étnico-raciais. Souta (2017, p. 185) reconhece que “a aplicação de uma intervenção talvez não seja suficiente para (re)construir identidades étnico-raciais porque cada um tem um tempo para compreender, aprender e isso teve que ser levado em conta nesta análise”, destacando, contudo, a importância do letramento racial crítico por parte dos professores, para que o ideal da branquitude seja combatido durante todo o trajeto escolar dos estudantes.

Considerações finais: Romper com a cretinice

O sociólogo Alberto Guerreiro Ramos (1957), considerado um dos primeiros a propor o estudo da identidade racial branca, nos contou acerca da “patologia social do branco brasileiro” e demonstrou existir um processo de negação da identidade negra no Brasil. Tecendo duras críticas à academia, a qual tratava e ainda trata a questão do racismo e da discriminação como um “problema do negro”, inverteu a abordagem sociocientífica feita até então. O “problema do negro” no Brasil seria, na verdade, resultado de patologia do branco, de uma minoria de brancos letrados.

Desde Ramos até a compilação aqui por nós feita desses 12 estudos, giramos em torno de certa reivindicação de origem da brancura, do medo branco, do pacto narcísico com vistas à manutenção dos privilégios e seus arroubos retóricos a justificar as desigualdades, tanto quanto vimos estudos empenhados em desfazer uma ciência patológica que historicamente buscou internalizar um olhar branco europeu em nossas pesquisas.

Se, por um lado, há muito tempo que a branquitude promove táticas para manter o *status quo*, vide a apologia à democracia racial, à mestiçagem, à meritocracia e às formas como negros e brancos são representados pela mídia e pela academia em nosso país, por outro

lado, os estudos aqui referenciados buscam, cada qual a seu modo, romper com a cretinice, conforme nos apontou Guerreiro Ramos na epígrafe do presente estudo, que estruturou a produção epistêmica sobre “o negro”, invertendo a questão.

Agora e ao menos aqui, os trabalhos analisam os significados subjetivos dos privilégios nas perspectivas de brancas e brancos capoeiristas (COURANT, 2018); defendem a emergência da branquitude como um problema de pesquisa fundamental para áreas diversas do conhecimento, a exemplo da antropologia (CONCEIÇÃO, 2017, p. 196); delatam a presença de uma pedagogia da branquitude sendo exercida na educação brasileira, cujos propósitos de reprodução de preconceitos visam a manutenção dos privilégios das crianças pequenininhas brancas (SANTIAGO, 2014) e defendem a necessidade de reconhecer a história dita branca como uma ilusão de brancura em um país negro (BASTOS, 2015). Sem reconhecer essa ilusão prosseguiremos como Narciso, prontos a nos afogar nas águas claras da cretinice branca.

Referências

ALVES, Luciana. **Significados de ser branco - a brancura no corpo e para além dele**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BASTOS, Janaina Ribeiro Bueno. **"Da história, das subjetividades, dos negros com quem ando"**: um estudo sobre professores brancos envolvidos com a educação das relações étnico-raciais. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002a.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Branqueamento e Branquitude no Brasil**. In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras). Ed. Vozes, Petrópolis (RJ), 2002b.

BERTUZZI, Damaris. **O desafio das relações étnico-raciais em região de colonização italiana**: estudo no município de Carlos Barbosa. Dissertação (Mestrado) - Universidade do

Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, 2018.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco antirracista. **Revista Latino-Americana de Ciências Sociais Niñez Juventud**, Manizales, v. 8, n. 1, p. 607-630, jan. 2010.

CONCEIÇÃO, William. **Brancura e branquitude**: ausências, presenças e emergências no campo de debate. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2017.

COURANT, Ansel. **Conscientização branca em espaços de capoeira**: percepções de privilégio entre brancos que convivem com negros. 2018. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2018.

DUTRA, Maria Rita Py. **Cotistas negros da UFSM e o mundo do trabalho**. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

FERES JUNIOR, João. A atualidade do pensamento de Guerreiro Ramos: branquidade e nação. **Cad. CRH**, Salvador, v. 28, n. 73, p. 111-125, abr. 2015.

GUERREIRO RAMOS, **A Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editorial Andes, 1957.

OLIVEIRA, Carolina dos Santos de. **As adolescentes negras no discurso da Revista Atrevida**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

PEREIRA, Eduardo Santiago. **O racismo estrutural como limite**: às políticas públicas de combate à discriminação. 2018. 165 f. Tese (Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

PINHEIRO, Adevanir Aparecida. **Identidade étnico-racial e universidade**: a dinâmica da visibilidade da temática afrodescendente e as implicações eurodescendentes, em três instituições de ensino superior no sul do país. Tese (doutorado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, 2018.

SANTIAGO, Flávio. **"O meu cabelo é assim... igualzinho o da bruxa, todo armado"**: hierarquização e racialização das crianças pequeninhas negras na educação infantil. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2014.

SANTOS, Mafoane Odara Poli. **Médicos e pacientes têm sexo e cor?** A perspectiva de médicos e residentes sobre a relação médico-paciente na prática ambulatorial. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo":** raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SOUTA, Marivete. **“Quando me dei conta de que era negra(o)/branca(o)?”:** um estudo a partir de relatos autobiográficos de estudantes adolescentes. Dissertação (Mestrado em Estudos da linguagem) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.